

**REQUERIMENTO** Número / ( .ª)

**PERGUNTA** Número / ( .ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Ex. ma Sr.ª Presidente da Assembleia da República**

Uma delegação do PCP encontrou-se hoje com trabalhadores do Clube Praia da Rocha, em Portimão, para lhes manifestar a sua solidariedade pela luta que, com coragem e determinação, travam em defesa dos seus direitos.

De acordo com as informações recolhidas pela delegação do PCP, cerca de 30 trabalhadores do Clube Praia da Rocha, gerido pela empresa Green Stairs, têm dois meses e meio de salários em atraso, além de subsídios e compensações não pagos. Apesar de todas as diligências realizadas junto da administração da empresa, os trabalhadores não conseguiram, ainda, receber aquilo a que legalmente têm direito.

Estes trabalhadores vivem uma situação dramática, tendo, inclusivamente, o desespero levado uma trabalhadora a permanecer acorrentada, desde a passada sexta-feira, no interior do complexo turístico em protesto contra a recusa da administração em lhe pagar, a ela e aos seus colegas, os salários em atraso.

O agravamento da precariedade, a intensificação dos ritmos de trabalho, a redução de direitos, os baixos salários e os salários em atraso constituem uma marca da situação laboral no setor da hotelaria, que é inseparável de uma política de exploração e empobrecimento que favorece o grande capital e sacrifica as condições de vida dos trabalhadores.

Perante esta situação de salários em atraso que se verifica no Clube Praia da Rocha, o Governo não pode alhear-se, permitindo que os direitos dos trabalhadores sejam impunemente violados.

Pelo exposto e com base nos termos regimentais aplicáveis, venho por este meio perguntar ao Governo, através do Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social, o seguinte:

1. De que forma está o Governo a acompanhar a situação no Clube Praia da Rocha em Portimão?
2. Qual o acompanhamento que a Autoridade para as Condições de Trabalho tem feito da

- situação no Clube Praia da Rocha? Quais são as conclusões desse acompanhamento?
3. Que medidas urgentes o Governo irá adotar para garantir que os direitos dos trabalhadores sejam integralmente respeitados, nomeadamente, o direito a receberem os salários, subsídios e compensações em atraso?

Palácio de São Bento, segunda-feira, 23 de Março de 2015

Deputado(a)s

PAULO SÁ(PCP)